

b) De um exemplar em papel e em formato digital na Biblioteca do ISGB;

c) De um exemplar em formato digital no Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

2 — O depósito é da responsabilidade do ISGB, quando entidade instrutora.

Artigo 20.º

Interpretação e integração de lacunas

Compete ao Conselho de Direcção do ISGB emitir despachos interpretativos e de integração de eventuais lacunas deste Regulamento.

Artigo 21.º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

20 de Maio de 2011. — O Presidente do ISGB, *Luís M. M. Vilhena da Cunha*.

304759978

PARCAIXA, SGPS, S. A.

Relatório n.º 17/2011

Sede: Avenida de João XXI, 63, 1000-300 Lisboa.
Número de identificação fiscal 508659558.

Relatório e contas — 2010

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente — Dr. Hernâni da Costa Loureiro.

Secretário — Dr. José do Espírito Santo Menezes e Teles.

Conselho de administração:

Presidente — Engenheiro Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira.
Vogais:

Dr. Joaquim José de Oliveira Reis.
Dr. Francisco Manuel Marques Bandeira.
Dr. Jorge Humberto Correia Tomé.
Dr. Vítor José Lilaia da Silva.

Conselho fiscal:

Presidente — Engenheiro José de Melo Torres Campos.
Vogais:

Dr. António Demétrio Gervásio Lérias.
Dr.ª Catarina Sofia Castanheira Nunes.

Vogal (suplente):

Dr. João Manuel Barata da Silva.

Revisor oficial de contas — Abreu & Cipriano, Auditores, SROC, representada pelo Dr. João Amaro dos Santos Cipriano.

Relatório do conselho de administração

Durante o exercício de 2010 a Parcaixa desenvolveu a sua actividade enquadrada na missão de contribuir para uma gestão mais racional da carteira de participações financeiras dos accionistas, com o objectivo de melhorar a sua solvabilidade.

1 — Análise económico-financeira

1.1 — Análise dos investimentos financeiros

Devido à composição da sua carteira de participações, a Sociedade está sujeita à Supervisão do Banco de Portugal, pelo que organizou a sua contabilidade de acordo com as regras das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) (n.º 2 do anexo às DF).

No exercício de 2010, a Parcaixa, manteve as participações da carteira de activos financeiros disponíveis para venda, com excepção da participação na Galp que aumentou, com a aquisição de 95.000 acções.

A posição final da carteira de investimentos nos dois exercícios de actividade da sociedade era a seguinte:

MAPA 1

(Em euros)

Em espécie	31 de Dezembro de 2010			31 de Dezembro de 2009		
	N.º acções	% cap. soc.	Valor balanço	N.º acções	% cap. soc.	Valor balanço
Investimentos Filiais			150 000 000			150 000 000
CLF	2 000 000	100	150 000 000	2 000 000	100	150 000 000
Activos Financeiros Disponíveis p/Venda			294 049 055			297 894 576
AdP	16 511 000	19,0	171 304 000	16 511 000	19,0	178 942 493
Sagesecur	877 500	19,5	2 150 000	877 500	19,5	2 150 000
Galp Energia, SGPS	5 600 255	0,68	80 307 654	5 505 255	0,66	66 503 480
EDP, Energ. Portugal	16 173 184	0,44	40 287 401	16 173 184	0,44	50 298 602

As participações na Caixa Leasing e Factoring, na ADP e na Sagesecur estão valorizadas ao custo histórico, não existindo em 31 de Dezembro quaisquer indícios de imparidade, relativamente à sua filial Caixa Leasing e Factoring e à Sagesecur. Foi, no entanto, registada imparidade em relação à AdP, no montante de 7.638.493 euros, que foi directamente levada a resultados do exercício (n.º 7 do anexo).

Os restantes investimentos, classificados em disponíveis para venda estão valorizadas ao justo valor (n.º 2.1.3 do anexo) e as mais-valias potenciais foram relevadas em reservas de reavaliação. Nesta categoria de activos estão as participações na EDP e na Galp.

A sociedade contratou, em Julho de 2009, com o Caixa Banco de Investimento a gestão de uma carteira de 50 milhões de euros, a qual foi acrescida, em Outubro do mesmo ano, de mais 50 milhões. Com esta carteira pretendia-se uma valorização do capital a médio e longo prazo, independentemente da evolução dos mercados financeiros, bem como detectar oportunidades de *trading* nos mercados para horizontes temporais de curto prazo, sem prejudicar o objectivo principal de preservação do capital investido.

Os investimentos efectuados, no âmbito do contrato mencionado, foram os constantes do mapa 2, classificados na rubrica de Activos financeiros detidos para negociação. Estes investimentos estão registados

ao justo valor e os ganhos ou perdas provenientes da sua valorização, afectam directamente o resultado do exercício.

MAPA 2

(Em euros)

Em espécie	Valor balanço 31 de Dezembro de 2010	Valor balanço 31 de Dezembro de 2009	Variação
Activos Fin. Detidos p/Negociação	60 253 405	44 364 079	15 889 326
Instrum. de Dívida (Obrigações)	47 892 787	35 077 988	12 814 799
Instrum. de Capital (Acções)	12 360 618	9 286 091	3 074 527

Foram ainda efectuadas aplicações no montante de 39,5 milhões de euros em papel comercial.

O total dos activos financeiros (constantes dos mapas 1 e 2), no final do exercício de 2010, foi de 504,3 milhões de euros, representando um acréscimo de 12 milhões de euros relativamente ao exercício anterior (+2,4 %).

1.2 — Análise do resultado do exercício

Para o desenvolvimento da sua actividade, no exercício de 2010, a sociedade incorreu em vários gastos dos quais se destacam os seguintes:

Com as operações de aquisição e venda de títulos, que incluem comissões e serviços prestados, a sociedade gastou 78,4 milhares de euros (n.º 15 do anexo);

Os gastos com os membros do Conselho Fiscal em remunerações e encargos sociais totalizaram 54,4 milhares de euros (n.º 17 do anexo);

A rubrica de gastos gerais administrativos engloba, entre outras de reduzido valor: 50 % dos honorários do Revisor Oficial de Contas, acordados anualmente com o Conselho de Administração, no montante de 9,5 milhares de euros; a despesa com a manutenção do registo das acções da própria sociedade na Interbolsa, no montante de 21,5 milhares de euros; 4,3 milhares de euros com a publicação das contas de 2009 no *Diário da República* (n.º 18 do anexo) e ainda, o pagamento ao Caixa Banco de Investimento de 50 % do preço do relatório de avaliação da participada AdP, no montante de 50 milhares de euros.

No exercício em análise, a sociedade apurou um total de ganhos de 23,5 milhões de euros, (n.ºs 13 e 14 do anexo), a seguir enumerados:

Juros obtidos com as aplicações em instituições de crédito, sobretudo em depósitos a prazo, no total de 5,1 milhões de euros;

Juros de suprimentos, 388,5 milhares de euros;

Juros de obrigações, 1,4 milhões de euros;

Juros de papel comercial, 621 milhares de euros;

Dividendos recebidos das suas participadas AdP e Sagesecur, respectivamente, de 4,7 milhões de euros e de 614 milhares de euros;

Dividendos recebidos das suas participadas EDP e Galp, respectivamente, de 2,5 e 1,1 milhões de euros.

Apesar de, nas operações oriundas de activos financeiros detidos para negociação, se ter apurado um ganho de 7 milhões de euros, as perdas foram de 9,7 milhões, pelo que se obteve um saldo negativo de 2,7 milhões de euros (n.º 16 do anexo).

O resultado líquido apurado no exercício de 2010 foi de 5,8 milhões de euros, valor inferior em 8,3 milhões de euros, ao do exercício ante-

rior. Fundamentalmente esta quebra deve-se ao registo de imparidade na participação na AdP.

1.3 — Análise da estrutura financeira

No Activo, para além dos investimentos indicados no ponto 1.1, a sociedade detém outras aplicações financeiras cujos saldos mais relevantes são os seguintes:

Em aplicações em instituições de crédito, estão registados depósitos a prazo na Caixa Geral de Depósitos, valores que advieram do numerário entregue aquando da realização do capital da sociedade, cujo saldo em 31 de Dezembro era de 443 milhões de euros (n.º 5 do anexo);

Em Outros Activos, cujo saldo é de 59,7 milhões de euros, está contabilizado um crédito correspondente a suprimentos que a sociedade detém na Sagesecur, com o valor de 19,7 milhões de euros, os juros a receber relativos a esses suprimentos de 388 milhares de euros e 39,5 milhões de euros de valores titulados por Papel Comercial, emitido nomeadamente, pela PT, Refer e pela Unicer, entre outras sociedades, os quais irão render juros no montante de 69 milhares de euros (n.º 10 do anexo).

Em disponibilidades a sociedade detinha em 31 de Dezembro, 247 milhares de euros (n.º 4 do anexo).

Do Activo constava, ainda, no final do exercício, 4,1 milhões de euros relativos a imposto sobre o rendimento a recuperar (n.º 9 do anexo).

O Passivo da sociedade contém 50 % do valor a pagar ao Caixa BI pela elaboração do relatório de avaliação, atrás mencionado (n.º 11 do anexo). No exercício em análise, não haverá lugar ao pagamento de IRC, uma vez que os dividendos recebidos dos activos detidos para venda são deduzidos aos resultados brutos do exercício o que torna o resultado elegível para impostos negativo.

Os Capitais Próprios registaram uma redução de 4,9 milhões de euros, face a 2009, resultante de uma diminuição de 8,3 milhões no resultado líquido, e do aumento das reservas em 3,4 milhões de euros.

O saldo das reservas de reavaliação que, em 31 de Dezembro de 2010, era de 4,4 milhões de euros foi obtido da seguinte forma:

(Em euros)

Instrumentos de capital valorizados ao justo valor	N.º acções	Custo de aquisição	Valor de mercado	Mais-valias potenciais
Galp Energia	5 600 255	66 095 149	80 307 654	14 212 503
EDP	16 173 184	50 136 870	40 287 401	- 9 849 469
<i>Total</i>		116 232 019	120 595 055	4 363 034

2 — O Governo da Sociedade

A sociedade não tem qualquer empregado e os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração. Até ao momento, os serviços necessários ao funcionamento da sociedade têm sido assegurados por vários departamentos da Caixa Geral de Depósitos.

Os gastos com os membros do Conselho Fiscal constam do quadro seguinte:

	Valor líquido	Encargos sociais
Eng. José de Melo Torres Campos	18 000	2 754
Dr. António Demétrio Gervásio Lérias	14 400	3 060
Dr.ª Catarina Sofia Castanheira Nunes	13 360	2 839
	45 760	8 653

As operações realizadas com entidades relacionadas com a sociedade apresentavam, em 31 de Dezembro de 2010, os seguintes saldos (n.º 21 do anexo):

(Em euros)

Tipo operação	Entidade	Valor
Depósitos à ordem	CGD	65 043
	Caixa Banco Investimento	182 157
Depósitos a prazo	CGD	442 450 000
Juros a receber de Dep. Prazo	CGD	116 967
Suprimentos	Sagesecur	19 705 100
Juros de suprimentos a receber	Sagesecur	388 475
Rendimentos de capital-dividendos	Sagesecur	614 250
	Águas de Portugal	4 676 856
Juros e rendimentos similares	CGD	5 085 585
	Caixa Banco de Investimento	11 987
	Sagesecur	388 475

(Em euros)

Tipo operação	Entidade	Valor
Comissões	CGD	1 260
	Caixa Banco de Investimento	76 145

3 — Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, considerando a necessidade de constituir a reserva legal, nos termos do n.º 1 do artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais e o disposto no artigo 28.º dos Estatutos da Sociedade;

Propõe, em cumprimento do artigo 66.º, n.º 2, alínea f) do Código das Sociedades Comerciais, a seguinte aplicação para o resultado do exercício de 2010, no montante de 5.849.146,45 euros:

Reserva Legal — 292 457,32;

Dividendo Prioritário Acções da Categoria B — 3 131 250,00;

Dividendo a distribuir pelas acções da Categoria A e B — 2 425 439,13.

4 — Perspectivas futuras

O Conselho de Administração, no cumprimento da missão fixada para a Sociedade, analisará com os accionistas as possibilidades de adquirir novas participações para a carteira da Sociedade tendo, naturalmente,

em conta as condições concretas do mercado bolsista que vierem a verificar-se ao longo do ano de 2011.

Lisboa, 28 de Março de 2011. — O Conselho de Administração: *Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira*, presidente — *Joaquim José de Oliveira Reis*, vogal — *Francisco Manuel Marques Bandeira*, vogal — *Jorge Humberto Correia Tomé*, vogal — *Vitor José Lilaia da Silva*, vogal.

Estrutura accionista

Em cumprimento dos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Accionistas	N.º acções	Categoria
Caixa Geral de Depósitos, S. A.....	510 000 000	A
Parública, Participações Públicas (SGPS) S. A.	340 000 000	A
	150 000 000	B

Balanço NCA (Contas Individuais) em 31 de Dezembro de 2010

(Em euros)

	Notas quadros anexos	31 de Dezembro de 2010			31 de Dezembro de 2009
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações 1	Provisões, imparidade e amortizações 2	Valor líquido 3 = 1 - 2	
Activo					
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	71,61		71,61	200,00
2 — Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	247 199,45		247 199,45	2 531 590,37
3 — Activos financeiros detidos para negociação	6	60 253 404,88		60 253 404,88	44 364 079,41
4 — Outros activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados					
5 — Activos financeiros disponíveis para venda	7	301 687 548,28	7 638 493,00	294 049 055,28	297 894 575,76
6 — Aplicações em instituições de crédito	5	442 566 966,96		442 566 966,96	457 303 027,77
7 — Crédito a clientes					37 561 624,37
8 — Investimentos detidos até à maturidade					
9 — Activos com acordo de recompra					
10 — Derivados de cobertura					
11 — Activos não correntes detidos para venda					
12 — Propriedades de investimento					
13 — Outros activos tangíveis					
14 — Activos intangíveis					
15 — Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	8	150 000 000,00		150 000 000,00	150 000 000,00
16 — Activos por impostos correntes	9	4 139 180,05		4 139 180,05	2 416 362,80
17 — Activos por impostos diferidos					
18 — Outros activos	10	59 726 482,78		59 726 482,78	28 150 960,21
<i>Total do Activo</i>		1 018 620 854,01	7 638 493,00	1 010 982 361,01	1 020 222 420,69

(Em euros)

	Notas quadros anexos	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009
Passivo			
1 — Recursos de bancos centrais			
2 — Passivos financeiros detidos para negociação			
3 — Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
4 — Recursos de outras instituições de crédito			
5 — Recursos de clientes e outros empréstimos			
6 — Responsabilidades representadas por títulos			
7 — Passivos financeiros associados a activos transferidos			
8 — Derivados de cobertura			
9 — Passivos não correntes detidos para venda			

(Em euros)

	Notas quadros anexos	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009
10 — Provisões			
11 — Passivos por impostos correntes	9		4 327 916,17
12 — Passivos por impostos diferidos			
13 — Instrumentos representativos de capital			
14 — Outros passivos subordinados			
15 — Outros passivos	11	65 194,05	85 229,42
<i>Total de Passivo</i>		65 194,05	4 413 145,59
Capital			
16 — Capital	12	1 000 000 000,00	1 000 000 000,00
17 — Prémios de emissão			
18 — Outros instrumentos de capital			
19 — (Acções próprias)			
20 — Reservas de reavaliação	12	4 363 033,52	1 709 535,91
21 — Outras reservas e resultados transitados	12	704 986,99	
22 — Resultado líquido	12	5 849 146,45	14 099 739,19
23 — (Dividendos antecipados)			
<i>Total de Capital</i>		1 010 917 166,96	1 015 809 275,10
<i>Total de Passivo + Capital</i>		1 010 982 361,01	1 020 222 420,69

O Conselho de Administração: *Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira*, presidente — *João Manuel de Castro Plácido Pires*, vogal — *Françisco Manuel Marques Bandeira*, vogal — *Jorge Humberto Correia Tomé*, vogal — *Vitor José Lilaia da Silva*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Joaquim Maria Florêncio*.

Demonstração de resultados individual (NCA) em 31 de Dezembro de 2010

(Em euros)

	Notas quadros anexos	Dezembro de 2010 (1)	Dezembro de 2009 (2)
Juros e rendimentos similares	13	7 545 939,69	13 769 949,15
Juros e encargos similares			81 289,97
Margem financeira		7 545 939,69	13 688 659,18
Rendimentos de instrumentos de capital	14	8 918 000,93	2 090 000,00
Rendimentos de serviços e comissões			
Encargos com serviços e comissões	15	78 371,73	213 836,95
Resultados em activos e passivos aval. justo valor através de resultados	16	– 2 733 084,18	2 946 525,83
Outros resultados de exploração	19	– 24 830,01	– 13 746,59
Produto da actividade		13 627 654,70	18 497 601,47
Custos com pessoal	17	54 413,00	25 476,00
Outros gastos administrativos	18	85 602,25	44 470,11
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		7 638 493,00	
Resultado antes de impostos		5 849 146,45	18 427 655,36
Impostos		0,00	4 327 916,17
Correntes		0,00	4 327 916,17
Diferidos			
Resultado após impostos		5 849 146,45	14 099 739,19
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0,00	
Resultado líquido		5 849 146,45	14 099 739,19

O Conselho de Administração: *Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira*, presidente — *João Manuel de Castro Plácido Pires*, vogal — *Françisco Manuel Marques Bandeira*, vogal — *Jorge Humberto Correia Tomé*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Joaquim Maria Florêncio*.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Em euros)

	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009
Actividades operacionais:		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	8 514 869	14 158 340
Juros, comissões e outros proveitos equiparados pagos	(78 372)	(224 482)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(151 331)	(39 233)
Resultados em instrumentos derivados — futuros	(939 860)	
Resultados em activos financeiros de negociação	258 529	(5 051)
Outros resultados	(24 580)	(24 369)
	7 579 256	13 865 205

(Em euros)

	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009
(Aumentos)/diminuições nos activos operacionais:		
Activos de negociação	(17 941 079)	(43 526 855)
Créditos sobre IC	14 050 000	(494 070 824)
Outros activos	(1 856 280)	(2 399 197)
	(5 747 358)	(539 996 875)
Aumentos/(diminuições) nos passivos operacionais:		
Outros passivos	14 143	—
Imposto sobre lucros	(6 050 733)	—
Caixa líquida das actividades operacionais	(4 204 693)	(526 131 670)
Actividades de investimento:		
Rendimentos de ADV	8 918 001	2 090 000
Aquisições de ADV	(1 139 475)	(115 092 547)
Caixa líquida das actividades de investimento	7 778 526	(113 002 547)
Actividades de financiamento:		
Suprimentos concedidos	7 536 400	—
Dividendos distribuídos	(13 394 752)	—
Caixa líquida das actividades de financiamento	(5 858 352)	—
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(2 284 519)	(639 134 217)
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 531 790	641 666 007
Caixa e seus equivalentes no fim do período	247 271	2 531 790

O Conselho de Administração: *Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira*, presidente — *João Manuel de Castro Plácido Pires*, vogal — *Francisco Manuel Marques Bandeira*, vogal — *Jorge Humberto Correia Tomé*, vogal — *Vitor José Lilaia da Silva*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Joaquim Maria Florêncio*.

Demonstrações das alterações nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em euros)

	Capital	Outras reservas e resultados transitados				Resultado do exercício	Total
		Reservas de justo valor	Reserva legal	Resultados transitados	Total		
Saldos no início de 2008	0	0	0	0	0	0	0
Capital Social	1 000 000 000	0	0	0	0	0	1 000 000 000
Resultado do exercício	0	0	0	0	0	0	0
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	1 000 000 000	0	0	0	0	0	1 000 000 000
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda		1 709 536			1 709 536		1 709 536
Resultado do exercício					0	14 099 739	14 099 739
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	1 000 000 000	1 709 536			1 709 536	14 099 739	1 015 809 275
Distribuição do resultado do exercício de 2009							
Transferência para reservas			704 987	0	704 987	(704 987)	0
Distribuição de lucros						(13 394 752)	(13 394 752)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda		2 653 498	0	0	2 653 498	0	2 653 498
Resultado do exercício		0	0	0	0	5 849 146	5 849 146
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1 000 000 000	4 363 034	704 987	0	5 068 021	5 849 146	1 010 917 167

O Conselho de Administração: *Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira*, presidente — *João Manuel de Castro Plácido Pires*, vogal — *Francisco Manuel Marques Bandeira*, vogal — *Jorge Humberto Correia Tomé*, vogal — *Vitor José Lilaia da Silva*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Joaquim Maria Florêncio*.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(montantes em euros)

1 — Nota introdutória

A Parcaixa, SGPS, S. A. (Parcaixa), constituída em 23 de Dezembro de 2008, tem como accionistas a Caixa Geral de Depósitos, S. A. e a Parpública — Participações Públicas, SGPS, S. A., com participações no capital social de 51 % e 49 %, respectivamente.

A Parcaixa tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

2 — Políticas contabilísticas

A Sociedade está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, e assim, nos termos do Aviso n.º 1/2005 e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, do Banco de Portugal, prepara as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

A Sociedade não apresenta contas consolidadas, de acordo com o estabelecido no parágrafo 10 do IAS 27. As demonstrações financeiras da Sociedade são incluídas nas Contas consolidadas da Caixa Geral de Depósitos, S. A., as quais se encontram disponíveis na sua sede social, na Avenida João XXI, n.º 63, 1000-300 Lisboa.

Os princípios contabilísticos mais relevantes, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, foram os seguintes:

2.1 — Activos financeiros

2.1.1 — Activos financeiros detidos para negociação

Nesta categoria são incluídos activos financeiros detidos para negociação, que correspondem a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor e os ganhos e perdas provenientes da sua valorização subsequente são reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. Os juros são relevados nas rubricas de “Juros e rendimentos similares”.

2.1.2 — Activos financeiros disponíveis para venda

Nesta categoria são registados títulos de rendimento variável não classificados no momento da sua aquisição como títulos de negociação, abrangendo essencialmente instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade, isto é, aqueles que em princípio permanecerão na carteira por mais de um ano.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor. Os ganhos ou perdas, resultantes de reavaliação, são relevados em capitais próprios na rubrica de “Reserva de reavaliação”.

No que respeita aos activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser apurado com fiabilidade, são efectuadas com carácter periódico análises de imparidade.

O valor da perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

Tendo presente o disposto no artigo 32.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, não são calculados impostos diferidos relativamente a esta categoria de títulos.

No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas do justo valor são transferidas para resultados do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos no momento em que se estabelece o direito da Sociedade ao seu recebimento.

2.1.3 — Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros detidos pela Parcaixa foi determinado com base em cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos.

2.1.4 — Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

Estes activos são registados de acordo com as disposições do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo são registados pelo valor nominal, sendo os respectivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência das operações.

2.2 — Investimentos em filiais

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que a Parcaixa detém controlo efectivo sobre a sua gestão corrente. Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50 % do capital ou dos direitos de voto da sociedade.

Estes activos são registados pelo custo de aquisição, procedendo-se periodicamente a análise de imparidade.

2.3 — Impostos sobre lucros

A Parcaixa está sujeita a tributação ao abrigo do regime fiscal do Código do imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC) e correspondente derrama, do que resulta uma taxa de imposto agregada de cerca de 26,5 %.

2.4 — Caixa e seus equivalentes

Na preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Parcaixa considera neste grupo as rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

3 — Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Caixa	72	200

4 — Disponibilidades em outras Instituições de Crédito

As disponibilidades encontram-se depositadas nas seguintes instituições de crédito:

	2010	2009
Caixa Geral de Depósitos, S. A.	65 043	1 922 428
Caixa — Banco de Investimento, S. A.	182 157	609 162
	247 200	2 531 590

Estas disponibilidades não são remuneradas.

5 — Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica contém os seguintes elementos:

	2010	2009
Depósitos a Prazo no País	442 450 000	456 500 000
Juros a Receber	116 967	803 028
	442 566 967	457 303 028

Os valores estão depositados nas seguintes Instituições de Crédito:

Caixa Geral de Depósitos, S. A.

	2010	2009
Depósitos a Prazo no País	442 450 000	438 000 000
Juros a Receber	116 967	802 733
	442 566 967	438 802 733

Caixa — Banco de Investimento, S. A.

	2010	2009
Depósitos a Prazo no País	0	18 500 000
Juros a Receber	0	295
	0	18 500 295

Os prazos residuais dos depósitos e as respectivas taxas médias são as seguintes:

	Até 91 dias	Até 182 dias
Montante	6 450 000	436 000 000
Taxa juro média	1,65 %	2,5 %

6 — Activos Financeiros Detidos para Negociação

A carteira de Activos Financeiros para Negociação é constituída pelos seguintes instrumentos:

	2010	2009
Instrumentos de Dívida		
De emissores públicos		
Títulos de dívida pública	1 029 043	—
De outros emissores		
Obrigações		
Residentes	10 437 948	5 946 287
Não Residentes	36 425 796	29 131 701
<i>Subtotal</i>	47 892 787	35 077 988
Instrumentos de Capital		
Acções	12 360 618	9 286 091
<i>Total</i>	60 253 405	44 364 079

7 — Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica era composta por:

Valorizados ao Custo Histórico

	% Particip	2010	2009
Sagesecur	19,5	2 150 000	2 150 000
Águas de Portugal SGPS	19,0	178 942 493	178 942 493
Imparidade Calculada (AdP)		— 7 638 493	—
<i>Total</i>		173 454 000	181 092 493

De referir que a avaliação efectuada à participada Águas de Portugal originou um reconhecimento, em 2010, de uma imparidade de 7,6 milhões de euros que foi directamente a resultados do exercício.

Valorizados ao Justo Valor

	% Particip	2010	2009
Galp Energia SGPS S. A.	0,68	80 307 654	66 503 480
EDP Energias de Portugal S. A.	0,44	40 287 401	50 298 602
		120 595 055	116 802 082
<i>Total</i>		294 049 055	297 894 576

8 — Investimentos em filiais

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica respeita integralmente a uma participação na Caixa Leasing e Factoring, representativa da totalidade do seu capital social.

12 — Capital

O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, estando representado por 1.000.000.000 de acções com um valor nominal de 1 Euro cada, com a seguinte composição:

	Categoria A	Categoria B	Total	%
Caixa Geral Depósitos, S. A.	510 000 000	—	510 000 000	51
Parública SGPS	340 000 000	150 000 000	490 000 000	49
	850 000 000	150 000 000	1 000 000 000	100

Ao nível do resultado líquido temos:

2010 — 5 849 146;
2009 — 14 099 739.

9 — Impostos sobre o Rendimento

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o saldo dos activos e passivos por impostos sobre o rendimento era o seguinte:

	2010	2009
Imposto Sobre o Rendimento a Recuperar	4 139 180	2 416 363
Imposto Sobre o Rendimento a Pagar	—	— 4 327 916
	4 139 180	— 1 911 553

A reconciliação entre a taxa efectiva e a taxa nominal de imposto, em 31 de Dezembro de 2010, apresenta o seguinte detalhe:

	2010	2009
Resultado antes de imposto		5 849 146
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,5 %	1 550 024
Diferenças definitivas a deduzir:		
Dividendos recebidos de participadas	— 40,40 %	— 2 363 270
Benefício taxa reduzida	— 0,03 %	— 1 562
<i>Total</i>	0 %	0

10 — Outros Activos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Suprimentos — Sagesecur	19 705 100	27 241 500
Juros a Receber de suprimentos	388 475	669 160
Devedores p/ Operações s/ Futuros	0	240 300
Programas de Papel Comercial (PPC)	39 500 000	0
Juros a Receber PPC	68 985	0
Outros Activos	63 923	0
	59 726 483	28 150 960

Em 31 de Dezembro de 2009, as tomadas de papel comercial no montante de 37,5 milhões de euros encontravam-se registadas na rubrica “Crédito a clientes”.

No decorrer do ano de 2010 a Sagesecur procedeu à amortização de suprimentos concedidos a esta sociedade no montante 7.536.400 euros.

11 — Outros Passivos

Esta rubrica é composta por:

	2010	2009
Fornecedores	63 623	13 711
Retenção de impostos na fonte	474	327
Contribuições para a Segurança Social	1 097	721
Operações activas a regularizar	—	70 470
	65 194	85 229

Em Dezembro de 2010, estão constituídas reservas de reavaliação positivas no montante de € 4.363.034, contra € 1.709.536 positivas em Dezembro de 2009.

Conforme deliberação da assembleia geral de accionistas, de 30 de Abril de 2010, foram entregues aos accionistas dividendos no montante de 13.394.752 euros e criada a reserva legal no valor 704.987 euros, correspondente a 5 % do resultado líquido do exercício de 2009.

13 — Juros e rendimentos similares

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Juros de Aplicações em Inst. Credito — No Pais	5 097 572	12 575 465
Juros de Papel Comercial	621 253	231 617
Juros de Obrigações	1 438 640	293 707
Juros de Suprimentos	388 475	669 160
	7 545 940	13 769 949

14 — Rendimentos de instrumentos de capital

No ano de 2010 e 2009, foram obtidos os seguintes rendimentos de instrumentos de capital:

De instrumentos de capital valorizados ao custo histórico

	2010	2009
Águas de Portugal SGPS	4 676 856	2 090 000
Sagesecur S. A.	614 250	—
	5 291 106	2 090 000

De instrumentos de capital valorizados ao justo valor

	2010	2009
EDP S. A.	2 506 844	—
Galp S. A.	1 120 051	—
	3 626 895	—
<i>Total</i>	8 918 001	2 090 000

15 — Encargos com Serviços e Comissões

Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Por Operações sobre Instrumentos Financeiros	77 405	198 587
Serviços Prestados por Terceiros	967	15 250
	78 372	213 837

20 — Relato por Segmentos

A actividade da Parcaixa tem sido realizada em Portugal.

21 — Entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos referentes às operações realizadas com entidades relacionadas foram os seguintes:

	CGD	Caixa BI	Sagesecur	Águas de Portugal
Activo:				
Depósitos à Ordem	65 043	182 157		
Depósitos a Prazo	442 450 000			

16 — Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor através de Resultados

No Final de 2010 e 2009, estas Rubricas têm a seguinte composição:

	2010	2009
Instrumentos de Dívida	— 199 908	377 205
Instrumentos de Capital	— 1 593 316	2 459 726
Outros	— 939 860	109 595
	— 2 733 084	2 946 526

17 — Custos Com Pessoal e N.º Médio de Empregados

No final de 31 de Dezembro de 2010, foram efectuados pagamentos remuneratórios a 3 membros do órgão de fiscalização, sendo os valores pagos os seguintes:

	2010	2009
Remunerações dos Órgãos Sociais de Fiscalização	45 760	21 600
Encargos Sociais Obrigatórios	8 653	3 876
	54 413	25 476

18 — Outros Gastos Administrativos

Os valores desta rubrica são os seguintes:

	2010	2009
Com fornecimentos:		
Material consumo corrente		33
Serviços Especializados:		
Avenças e honorários	59 500	19 500
Judiciais contencioso e notariado	348	1 045
Outros serviços terceiros	25 754	23 892
	85 602	44 470

Nos exercícios de 2010 e 2009, os honorários facturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, relativos à revisão legal das contas anual, foram ambas de 19.000 € (Valor sem Iva).

19 — Outros Resultados de exploração

No final de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Imposto do Selo	2 985	13 547
Imposto s/rendimento retido no estrangeiro	21 595	0
Multas e Outras Penalidades	250	100
Taxas	0	100
	24 830	13 747

	CGD	Caixa BI	Sagesecur	Águas de Portugal
Juros a Receber de Dep a Prazo	116 967			
Suprimentos			19 705 100	
Juros de Suprimentos a Receber			388 475	
Proveitos:				
Rend. De Capital — Dividendos			614 250	4 676 856
Juros e Rendimentos Similares	5 085 585	11 987	388 475	
Custos:				
Comissões	1 260	76 145		

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Exercício de 2010

1 — Introdução

As competências do Conselho Fiscal (CF) resultam da conjugação do disposto no artigo 24.º dos Estatutos, no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e no n.º 17 dos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado evidenciados na RCM n.º 49/2007, de 28 de Março (PBG).

O presente relatório e parecer incidem sobre a actividade desenvolvida e sobre os documentos de prestação de contas de 2010.

2 — Actividade desenvolvida

O CF desenvolveu as suas funções com base na informação e nos esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração, ao qual agradece a colaboração prestada e a atenção às questões colocadas.

O CF reuniu cinco vezes durante o ano de 2010, procedendo à análise das aplicações financeiras efectuadas e da informação contabilística existente. Nas referidas reuniões esteve presente o Vogal do CA — Dr. Vitor Lilaia e na maior parte delas o ROC — Dr. João Santos Cipriano.

Após encerramento das contas, o CF analisou o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração, tendo em vista a emissão do correspondente parecer.

3 — Apreciação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras

O relatório e as contas do CA evidenciam adequadamente a actividade desenvolvida no exercício e quanto possível as perspectivas futuras, bem como os aspectos relevantes cuja divulgação é requerida pela RCM n.º 49/2007. Estes últimos são pouco significativos tendo em conta a inexistência de pessoal próprio, que não há remuneração dos membros do CA e ainda que a gestão da carteira de investimentos de *trading* está confiada à Caixa Banco de Investimento.

O Revisor Oficial de Contas emitiu certificação legal das contas sem reservas, que o CF acolheu.

Pela análise dos documentos preparados pelo CA e de outra informação colhida ao longo do exercício, o CF destacou alguns aspectos:

a) Pela realização do capital parcialmente em dinheiro, a empresa dispôs inicialmente de 641,7 M € (milhões de euros), dos quais afectou 100 M € a investimentos de acordo com *guidelines* aprovadas pelo CA, cuja gestão foi confiada ao Caixa BI. Tais investimentos totalizavam 99,9 M € no final de 2010 (81,9 M € em 2009) dos quais 87,4 M € em instrumentos de dívida e 12,4 M € em instrumentos de capital (60,3 M € classificados como Activos Financeiros Detidos para Negociação e 39,5 M € incluídos em Outros Activos);

b) A par dos activos financeiros para negociação a empresa detinha no final de 2010 activos financeiros disponíveis para venda ascendendo a 294,0 M € (297,9 M € em 2009). Nesta classe de activos constavam pequenas participações mensuradas ao justo valor na GALP e na EDP e participações mensuradas ao custo na SAGESECUR e na AdP.

Para a quantia escriturada da participação de 19 % na AdP (custo de 178,9 M €) foi reconhecida em 2010 perda por imparidade de 7,6 M €, com base num estudo de avaliação efectuado pelo Caixa BI baseado na *sum of the parts* e onde as unidades de negócio relevantes estão avaliadas pelos *discount cash flows*, metodologia consignada nas normas contabilísticas para determinação da quantia recuperável de activos financeiros. Foi considerado para Grupo AdP o valor base de 901,6 M € no pressuposto de que as sociedades concessionárias de sistemas multimunicipais

estão sujeitas a risco de negócio, o que parece adequado, atentas as dúvidas sobre a garantia que terão de cobertura de *shortfalls* no rendimento pelo concedente (também accionista detentor de controlo);

c) Outros activos a destacar no final de 2010 são o investimento na subsidiária Caixa Leasing e Factoring de 150,0 M € (150,0 M € em 2009) apresentado na rubrica Investimentos em Filiais, os suprimentos concedidos à SAGESECUR de 19,7 M € (27,2 M € em 2009) incluídos em Outros Activos e depósitos em bancos de 442,6 M € (438,8 M € em 2009) apresentados na rubrica Aplicações em Instituições de Crédito.

d) Os rendimentos de juros de depósitos foram de 5,1 M € (12,6 M € em 2009) e os restantes juros foram de 2,4 M € (1,2 M € em 2009), traduzindo, face à posição no balanço, taxas médias de 1,2 % e de 2,3 %, respectivamente.

Os rendimentos de dividendos foram de 8,9 M € (2,1 M € em 2009) todos relativos a activos financeiros disponíveis para venda e traduzindo taxa média de 3,0 % face à quantia no balanço (0,7 % em 2009). A subsidiária Caixa Leasing e Factoring não tem concorrido com dividendos;

e) Os activos financeiros detidos para negociação concorreram com 2,7 M € de perdas de justo valor com efeitos nos resultados (2,9 M € de ganhos em 2009) e os activos financeiros disponíveis para venda geraram 2,7 M € de ganhos reconhecidos no capital próprio (1,7 M € de ganhos em 2009);

Numa perspectiva global o CF considera que:

a) A composição dos activos, particularmente a expressão conjunta dos depósitos bancários e dos activos detidos para negociação (542,4 M €), evidencia grande margem para recurso à empresa como veículo de parceria entre os accionistas na gestão de participações;

b) O capital próprio mantido em 2010 (após desconto dos dividendos pagos) foi de 1.002,4 M €. Pelos efeitos das transacções, outros acontecimentos e circunstâncias ocorridos no exercício, reconhecidos nos resultados ou directamente no capital próprio, este passou para 1.010,9 M € no final de 2010. A variação traduz uma taxa de retorno para os accionistas de apenas 0,8 % (1,6 % em 2009).

4 — Análise da proposta de aplicação dos resultados

A proposta do CA respeita a aplicação mínima em reserva legal definida no artigo 295.º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais. Para o lucro disponível é proposta a distribuição às accionistas, com respeito pelas disposições do artigo 28.º do Estatutos sobre dividendos preferenciais e foi disposto no acordo parassocial celebrado entre as duas accionistas.

5 — Parecer

Analizados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2010 da Parcaixa, SGPS, S. A., e a certificação legal das contas, o CF considera que cumprem os requisitos exigíveis e que merecem aprovação.

Igualmente considera que a proposta de aplicação dos resultados de 2010 satisfaz os requisitos para aprovação.

Lisboa, 29 de Março de 2011. — O Conselho Fiscal: José Torres Campos, presidente — António Gervásio Lérias, vogal — Catarina Nunes, vogal.

Certificação legal das contas

Introdução

1 — Examinámos as demonstrações financeiras da “PARCAIXA, SGPS, S. A.”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro

de 2010, (que evidencia um total de 1.010.982.361 euros e um total de capital próprio de 1.010.917.167 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 5.849.146 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras, respeitantes ao exercício findo naquela data. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector bancário em Portugal.

Responsabilidades

2 — É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado e os fluxos de caixa das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da “PARCAIXA — SGPS, S. A.”, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as variações no capital próprio, e os fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector bancário em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 — É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, em 30 de Março de 2011. — *João Amaro Santos Cipriano*, ROC n.º 631, em representação de “Abreu & Cipriano, Auditores, SROC”, inscrita sob o n.º 119 na OROC.

304757133

SESC — SOCIEDADE DE ESTUDOS SUPERIORES DE CONTABILIDADE, S. A.

Declaração de rectificação n.º 1001/2011

Para os devidos efeitos se declara que o regulamento n.º 333/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 95, de 17 de Maio de 2011, a pp. 21359 a 21361, saiu com inexactidões no anexo, que correspondem a erros materiais, que se rectificam através da republicação integral do referido regulamento.

17 de Maio de 2011. — O Presidente do Conselho de Administração, *Manuel de Almeida Damásio*.

Nos termos do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março, em conjugação com o n.º 5 do artigo 12.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto;

Comunicado à Direcção-Geral do Ensino Superior, tendo em vista a divulgação através do seu sítio na Internet:

Manda o presidente do conselho de administração da entidade instituidora do Instituto Superior de Ciências da Administração (ISCAD) que se publique o Regulamento das Provas de Admissão para Maiores de 23 Anos, nos termos constantes do anexo ao presente despacho.

ANEXO

Instituto Superior de Ciências da Administração

Regulamento das Provas de Admissão para Maiores de 23 Anos

(nos termos do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março)

Pelo Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março, é definido um novo modelo de acesso ao ensino superior, através da realização de provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, previstas na Lei de Base do Sistema Educativo.

Deste modo e nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 64/2006, o Instituto Superior de Ciências da Administração (ISCAD) institui o regulamento das provas a realizar pelos candidatos maiores de 23 anos que pretendam frequentar este Instituto, cumprindo o disposto no artigo 14.º do referido decreto-lei.

Assim, ouvidos os órgãos académicos competentes, nos termos dos Estatutos do Instituto Superior de Ciências da Administração, o director e o administrador aprovam o seguinte Regulamento:

Artigo 1.º

Objecto e âmbito

O presente Regulamento determina os procedimentos e critérios pedagógicos para as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos cursos de 1.º ciclo de estudos do Instituto Superior de Ciências da Administração (ISCAD) aos candidatos maiores de 23 anos, adiante designadas provas, nos termos do Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março.

Artigo 2.º

Destinatários

Podem inscrever-se nas provas, a cada época e cada chamada, os candidatos que pretendam frequentar um curso superior de 1.º ciclo no ISCAD e que, não sendo titulares da habilitação de acesso ao ensino superior, completem 23 anos até ao dia 31 de Dezembro do ano que antecede a realização das provas.

Artigo 3.º

Componentes de avaliação

1 — Constituem-se componentes de avaliação da candidatura, pela seguinte ordem:

a) A realização de uma prova de avaliação dos conhecimentos e competências, com duração máxima de sessenta minutos, dividida em duas partes consecutivas de tempo igual, pela seguinte ordem:

i) Uma lição proferida por um professor da área científica do curso pretendido pelo candidato, com duração de trinta minutos;

ii) Uma prova escrita de avaliação de conhecimentos e competências através da exposição sucinta da lição, com duração máxima de trinta minutos;

b) A apreciação do currículo escolar e profissional do candidato por parte do júri;

c) A avaliação das motivações do candidato, através da realização de uma entrevista, com duração máxima de vinte minutos.

2 — As provas realizam-se em um ou dois dias, cumprindo a ordem estabelecida no número anterior.

3 — A nomeação do júri e do docente que proferirá a lição é feita nos termos do artigo 6.º do presente Regulamento.

Artigo 4.º

Critérios gerais de avaliação e de classificação aplicáveis às provas

1 — As provas distribuem-se por épocas, conforme disposto no artigo 8.º, em datas específicas a definir por despacho conjunto do